EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração....2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....25
Balanços patrimoniais....30
Demonstrações do resultado....32
Demonstrações do resultado abrangente....33
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido....34
Demonstrações dos fluxos de caixa....35
Demonstrações do valor adicionado....36
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas....37



EPR Infraestrutura PR lote 6 S.A.

Relatório da Administração 2025

São Paulo (SP), 30 de março de 2026 – A EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. ("Companhia" ou "EPR Infra Lote 6") divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

A EPR Infra Lote 6 é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, constituída em 18 de outubro de 2024, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 21, 2º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia e suas controladas, EPR Engenharia S.A. e EPR Iguaçu S.A. (em conjunto denominadas "Grupo"),tem por objeto social explorar, no território nacional, (i) projetos de infraestrutura em transporte, através da exploração direta e/ou participação em sociedades de propósitos específicos que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; (ii) aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, sem operador, (iii) testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e de produto; e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação.

EPR Engenharia S.A.

A controlada EPR Engenharia S.A. ("EPR Engenharia"), atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do grupo.

EPR Iguaçu S.A.

A controlada EPR Iguaçu S.A. ("EPR Iguaçu" e, em conjunto com a Companhia, "Grupo") foi constituída em 18 de outubro de 2024, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão firmado em 11 de abril de 2025 ("Contrato de Concessão").

O contrato de concessão estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à EPR Iguaçu o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

Em 16 de maio de 2025, a controlada deu início às suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico. A principal fonte de receita da controlada ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 28 de junho de 2025. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual, tendo como data base do reajuste o mês de abril, ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente.

A extensão total da malha rodoviária sob concessão é de 662,1 km, abrangendo dois principais trechos:

(i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452, próximo ao município de Guarapuava (PR), até a Ponte da Amizade, na divisa entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, passando por Cascavel; e
(ii) de Cascavel até Pato Branco, no sudoeste do estado, passando pela cidade de Francisco Beltrão.

A concessão contempla 9 praças de pedágio, sendo 6 atualmente existentes e 3 as quais possuem previsão para início da operação em 2026. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funcionará 24 horas por dia em 11 bases ao longo do trecho concedido, oferecendo suporte emergencial aos usuários.

A principal fonte de receita da controlada é a arrecadação de tarifas de pedágio, receitas extraordinárias e as correspondentes receitas financeiras delas decorrentes. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente.



Grupo EPR

A EPR Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora direta da EPR Infra Lote 6, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná ("Grupo EPR").

Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 do estado do Paraná. A EPR Paraná firmou contrato de concessão no 1º trimestre de 2026.

Mensagem do Diretor Presidente

A EPR Infra Lote 6 é a controladora da EPR Iguaçu.

Em maio de 2025, a EPR Iguaçu iniciou suas operações, e um dos destaques desse período foi a implantação de uma comissão tripartite, formada por representantes da ANTT, da concessionária e dos usuários da rodovia. Além de atender a uma determinação contratual, a criação dessa comissão reforça o compromisso do Grupo EPR com a construção de sua licença social, fortalecendo o diálogo e o relacionamento transparente com a sociedade.

O Plano de 100 Dias, implementado de forma pioneira pela EPR Via Mineira, concessionária do Grupo EPR em Minas Gerais, orientou esforços para a execução de dez intervenções prioritárias, realizadas em paralelo aos serviços iniciais. A iniciativa evidenciou o compromisso da Companhia e da sua controlada com a segurança dos usuários e a melhoria da trafegabilidade, amparada por processos de escuta ativa com comunidades locais e autoridades.

Como resultado dos investimentos e avanço realizados, terminamos o ano de 2025 com uma receita líquida ajustada no valor de R$ 347,1 milhões e margem EBITDA de 63,5%. O tráfego na sua controlada EPR Iguaçu foi de 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes.

Destaque também para a captação de R$ 9,2 bilhões junto ao BNDES. O financiamento foi estruturado por meio da 2ª emissão de debêntures, composta por oito séries, totalizando R$ 8,6 bilhões, a maior contratação de debêntures de 2025 no país, além de R$ 605 milhões provenientes da linha FINEM. Estes recursos serão destinados para os investimentos de expansão e modernização da infraestrutura da rodovia.

A segurança viária foi um dos principais focos de 2025. Com ações voltadas à requalificação do pavimento, melhorias na drenagem, reforço da sinalização e implantação de sistemas de iluminação, a EPR Iguaçu promoveu uma rodovia mais eficiente, segura e adequada às necessidades dos usuários.

Também foram implementadas novas bases de atendimento e serviços operacionais, ampliando a capacidade de resposta e garantindo suporte imediato aos usuários. Essas estruturas integram a missão da Companhia e sua controlada de promover mobilidade com qualidade, eficiência e segurança.

Ao longo de 2025, diversas ações sociais e ambientais foram desenvolvidas. Entre elas, destaca-se o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que organiza, integra e amplia as ações de conscientização já realizadas pela EPR Iguaçu e pelas demais concessionárias do grupo. O programa estimula o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias.

Para 2026, a Companhia seguirá realizando os investimentos previstos no contrato de concessão, mantendo um diálogo contínuo com a sociedade e reforçando o compromisso com a segurança viária e o bem-estar de todos que trafegam pelas rodovias administradas. Ainda para 2026, está prevista a abertura das novas praças de pedágio no modelo *Free Flow*, reforçando o comprometimento da Companhia e sua controlada em cumprir integralmente o contrato de concessão.

José Carlos Cassaniga

Destaques de 2025

Operacional e Regulatório

O Grupo, por meio da EPR Iguaçu, arrematou o processo licitatório no dia 19 de dezembro de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 11 de abril de 2025.

No dia 16 de maio de 2025, a EPR Iguaçu iniciou a prestação de serviços nas rodovias e até dezembro de 2025 a Companhia realizou mais de 86 mil atendimentos aos usuários. O Centro de Controle Operacional ("CCO") da concessionária funciona 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de serviços para os usuários das rodovias.

Atendimentos	2025
Socorro Médico	3.676
Socorro Mecânico	15.873
Atendimento (pipa + boiadeiro)	1.630
Inspeções	65.389
TOTAL	**86.568**

Financeiro

Debêntures

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático. O montante total da emissão foi de R$ 350.000, sendo a 1ª série no montante de R$ 270.000 e a 2ª série no montante de R$ 80.000. A 1ª série foi integralizada em 07 de março de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures, 28 de fevereiro de 2028.

Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada EPR Iguaçu realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, no montante total R$ 580 milhões, sendo a 1ª série no montante de R$ 400 milhões e a 2ª série no montante de R$ 180 milhões. A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026. Sobre as debêntures

incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures, 28 de fevereiro de 2028.

Em 15 de dezembro de 2025, a controlada EPR Iguaçu realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 8 (oito) séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, com vencimento final em 15 de dezembro de 2049. O montante total da emissão foi de R$ 8,6 bilhões. As debêntures foram integralmente subscritas, mas não integralizadas. As debêntures serão integralizadas mediante o atendimento das respectivas condições precedentes da escritura.

Em 26 de dezembro de 2025, a EPR Iguaçu assinou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R$ 605 milhões, com vencimento final em 15 de dezembro de 2049. O financiamento será liberado em subcréditos para a EPR Iguaçu. A emissão de debêntures e o contrato de financiamento tem o objetivo de financiar os investimentos previstos no contrato de concessão.

Registro de Emissor categoria B - CVM

Em 07 de outubro de 2025, a EPR Iguaçu obteve a concessão de registro de Emissor – categoria B pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Capital Social e Reserva de Capital

Em 21 de fevereiro de 2025, foram subscritas 239.999.900 ações sem valor nominal, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 240 milhões. Em 06 de março de 2025 houve a integralização parcial no montante de R$ 70 milhões, via recebimento de recursos financeiros dos seus acionistas, os quais foram destinados para o capital social. E restante deve ser integralizado até 24 de abril de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de capital social da Companhia foi de R$ 70 milhões.

Investimentos em Controladas

Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu da controlada EPR Iguaçu, via transferência de ações, o montante de R$ 100.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia subscreveu na controlada EPR Iguaçu o montante total de R$ 690 milhões, sendo integralizado o valor de R$ 334 milhões. O restante deve ser integralizado até 24 de abril de 2026.

Ao longo de 2025, a Companhia recebeu da sua controlada EPR Iguaçu R$ 49,7 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos da Companhia em suas controladas EPR Iguaçu e EPR Engenharia foi no valor total de R$ 433,2 milhões, sendo R$ 421,1 milhões e R$ 12,1 milhões respectivamente.

Econômico-Financeiros

A receita bruta com serviços prestados da Companhia foi de R$ 373,5 milhões em 2025.

A receita líquida ajustada[1] em 2025 foi de R$ 347,1 milhões.

O tráfego na controlada EPR Iguaçu em 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes[2].

O EBITDA em 2025 foi de R$ 220,4 milhões (margem EBITDA 63,5%).

Em 2025, a controlada EPR Iguaçu registrou R$ 448,8 milhões com custos de construção e desembolsou R$ 397,4 milhões com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o PER.

Programa de Integridade EPR

A EPR Infra Lote 6, a EPR Engenharia e a EPR Iguaçu estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Integridade e Combate a Corrupção e ao Suborno de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR ("Grupo EPR" e "Políticas", respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas a partir de abril de 2024 as seguintes políticas e Diretrizes de integridade, que estão vigentes:

(i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno;
(ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta;
(iii) Política de Transação com Partes Relacionadas;
(iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências;
(v) Política de Conflito de Interesses;
(vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades;
(vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio;
(viii) Política de Relacionamento com o Poder Público;
(ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais;
(x) Política de Auditoria Interna;
(xi) Política de Alçadas;
(xii) Política de Proteção de Dados;

[1] Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção
[2] Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

(xiii) Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias;
(xiv) Diretriz Corporativa de Doações, Patrocinio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio;
(xv) Diretriz Corporativa do Monitoramento do Programa de Integridade;
(xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e
(xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parceiros de Negócios.

As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para doação e patrocinios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio.

O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24h, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia do anonimato e sigilo, Para a sua condução a área de Integridade conduz, gerencia e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR.

Sustentabilidade

Atendimento ao Programa de Exploração de Rodovias

No período de 2025, a EPR Iguaçu consolidou avanços relevantes na implementação dos Parâmetros de Desempenho de Sustentabilidade previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), em conformidade com as diretrizes da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e com padrões internacionais de referência.

No período, destacam-se a estruturação das políticas corporativas de gestão de pessoas, com foco em diversidade, equidade, integridade e condições justas de trabalho; a implantação de instrumentos de governança ética e canais de denúncia; e o desenvolvimento de diretrizes para gestão e monitoramento de colaboradores e prestadores de serviço.

Foram elaborados estudos e sistemas voltados à eficiência no uso de recursos naturais, prevenção da poluição e gestão de resíduos, bem como avaliações de riscos à saúde e segurança das comunidades lindeiras. A concessionária também apresentou plano de ação para reassentamento e recuperação de meios de subsistência, assegurando a proteção de direitos e a priorização de soluções negociadas.

Adicionalmente, foram realizados estudos de identificação de comunidades tradicionais na área de influência da concessão e mapeamento de vulnerabilidades da infraestrutura frente a eventos climáticos extremos, com vistas ao fortalecimento da resiliência do sistema rodoviário.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da EPR Iguaçu com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a conformidade regulatória, estabelecendo bases sólidas para uma operação responsável e alinhada às melhores práticas do setor.

Inventário de Gases De Efeito Estufa – IGEE

Com foco no fortalecimento da governança ambiental, em 2025 a EPR Iguaçu contratou uma consultoria para apoiar a contabilização, o monitoramento e a estruturação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE). A iniciativa estabelece metodologia, rotinas de coleta e consolidação de dados e bases para o acompanhamento de desempenho e priorização de ações de mitigação ao longo da concessão.

Sistema de Gestão Integrado – SGI

Em 2025, a EPR Iguaçu estruturou na área de Sustentabilidade uma equipe com analistas e especialista para implantar o Sistema de Gestão Integrada (SGI), com apoio de uma consultoria, fundamentada nas normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental), ISO 39001 (Segurança Viária), ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 55001 (Gestão de Ativos). O SGI é um instrumento estruturante para consolidar processos, controles

e indicadores, assegurando a melhoria contínua e o atendimento a requisitos legais, contratuais e normativos, além de integrar a gestão de riscos ambientais, de SST e de segurança viária.

Programa de Educação Socioambiental

Na EPR Iguaçu, ano de 2025 foi marcado por programas e campanhas com foco em segurança viária, proteção à vida, bem-estar e cidadania, desenvolvidos e/ou apoiados por áreas como Operação, Comunicação, Responsabilidade Social/ESG, Saúde e times de apoio em campo.

Entre maio e dezembro, a EPR Iguaçu realizou programas sociais e educacionais, com apoios das Polícias Rodoviárias e Agentes de Trânsitos com temáticas que priorizaram educação para o trânsito, prevenção de riscos e fortalecimento do vínculo com comunidades lindeiras e usuários, por meio digitais e presenciais.

Como destaque temos a adesão ao Programa Na Mão Certa - Childhood Brasil, voltado ao enfrentamento da exploração de crianças e adolescentes nas rodovias. Foram promovidas campanhas digitais sobre temas críticos de segurança viária, como ultrapassagens proibidas e a Lei Seca, além de iniciativas de conscientização e proteção, como a campanha "Assédio, PARE!" e ações do Setembro Amarelo, focadas em saúde mental. A concessionária também desenvolveu ações presenciais de orientação e prevenção, incluindo atividades com motoristas profissionais, participação em semanas municipais de trânsito, campanhas de prevenção ao suicídio e programas de segurança, além de engajamento comunitário por meio da participação na Feira de Profissões de Cascavel.

Programa Conviver

O Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR buscou estimular comportamentos seguros e corresponsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promoveu a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentivo a manutenção preventiva dos veículos e reforço da valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias.

Projetos de Lei de Incentivo

Ainda em 2025, a EPR Iguaçu estruturou um portfólio de investimento social por meio de mecanismos regulados (Leis de Incentivo e Fundo Público) a serem implementados entre 2026 e 2027, combinando ações de base comunitária e iniciativas de maior escala. Pelo Fundo Municipal do Idoso, o projeto "Chimarrão em Família – Fortalecendo Laços e Tradições" será executado em Renascença, com estimativa de 220 famílias beneficiadas, por meio de fortalecimento de vínculos e convivência comunitária. Já pela Lei de Incentivo ao Esporte, o "Judô para Todos Brasil" prevê execução em Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Pato Branco, com 700 participantes diretos e cerca de 2.100 beneficiários indiretos (familiares), por meio de núcleos esportivos e ações socioeducativas ao longo de 12 meses.

No eixo cultural-educacional pela Lei Rouanet, a EPR Iguaçu apoia duas iniciativas com forte potencial de sensibilização e legado. O projeto "De Olho nos ODS" será realizado em Cascavel e Santa Tereza do Oeste, por meio de exposição interativa e atividades educativas ligadas à Agenda 2030, e público estimado conforme capacidade das escolas, cerca de aproximadamente 300 alunos por escola. Já o "Pé na Estrada" levará um espetáculo infantojuvenil gratuito com foco em segurança viária e biodiversidade para os municípios Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques, Realeza, Ampére, Marmeleiro, Renascença e Vitorino, situados no Sudoeste do Paraná, com estimativa de 12.500 pessoas impactadas.

Recursos Humanos

Em 2025, a EPR Iguaçu registrou 513 empregos diretos na região da concessão.

O Grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração.

A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso.

Desenvolvimento econômico dos municípios

A EPR Iguaçu, no ano de 2025, repassou R$ 17,4 milhões em Imposto Sobre Serviços ("ISS") aos 31 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura.

Eventos subsequentes

Aumento de capital social e alteração de participação societária

Em 13 de janeiro de 2026, a Companhia, vendeu 100 ações ordinárias da controlada EPR Engenharia S.A. ao preço de R$ 1,00 (um real) cada, para a acionista EPR Participações S.A. O valor contábil das ações era de R$ 16,1 milhões e houve uma perda na aquisição no montante de R$ 16,1 milhões, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia como um ágio e como um deságio na EPR Participações S.A.

Em 21 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu de seus acionistas aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R$ 170 milhões, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas no dia 21 de fevereiro de 2025.

Em 22 de janeiro de 2026, a Companhia realizou aporte de recursos via integralização de capital em sua controlada EPR Iguaçu no montante de R$ 336,5 milhões.

Dividendos

Em 13 de janeiro de 2026, a controlada EPR Iguaçu destinou dividendos para sua controladora (EPR Infra Lote 6), no montante de R$ 62 milhões, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026.

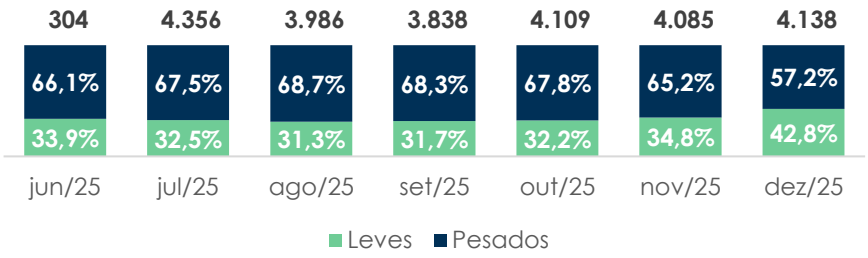
Liberações de recursos de dívidas contratadas anteriormente

Em 21 e 22 de janeiro de 2026, a controlada EPR Iguaçu e a Companhia receberam, respectivamente, R$ 80 milhões e R$ 180 milhões referentes à integralização das 2ªs séries das suas 1ªs emissões de debêntures.

Desempenho

Tráfego

O tráfego mensal em eixos equivalentes na EPR Iguaçu teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 28 de junho de 2025 (início da arrecadação) até 31 de dezembro de2025:



O tráfego acumulado no exercício social findo em 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes[3], sendo 8,5 milhões de veículos leves e 16,3 milhões de veículos pesados.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	2025
Leves	8.499
Pesados	16.316
Total	**24.816**

Tarifa Média

A tarifa média líquida na EPR Iguaçu no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 15,05.

Receita

A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2024 e a cobrança de pedágio não havia iniciado até 31 de dezembro de 2024. O início da arrecadação de pedágio na controlada EPR Iguaçu foi em 28 de junho de 2025. Apresentamos a receita apurada abaixo:

[3] Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

Receita (R$ mil)	Consolidado
	2025
Receita Bruta	**827.109**
Receita de serviços prestados	373.531
Receita de serviços de construção	448.828
Receita de gerenciamento	4.750
Imposto sobre receitas operacionais	(31.187)
Receita Líquida	**795.922**
Receita de serviços de construção	(448.828)
Receita Líquida Ajustada	**347.094**

A receita com serviços prestados foi de R$ 373,5 milhões em 2025.

A receita líquida totalizou R$ 795,9 milhões em 2025 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R$ 347,1 milhões.

Em 2025, 68,7% da arrecadação na EPR Iguaçu foi pela modalidade automática (AVI).

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Custos e Despesas Operacionais (R$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Custo de serviços de construção	-	(437.135)
Serviços de terceiros	(872)	(71.943)
Com pessoal	-	(31.197)
Custo da concessão	-	(14.654)
Depreciação e amortização	-	(6.242)
Seguros e garantias	-	(5.042)
Combustíveis e lubrificantes	-	(3.487)
Aluguéis	(5)	(3.429)
Contribuições e doações	-	(1.286)
Perda de arrecadação	-	(43)
Outros	(10)	(7.271)
Custos e Despesas Operacionais	**(887)**	**(581.729)**

No exercício de 2025 os custos de serviços de construção no consolidado foram de R$ 437,1 milhões de um total de R$ 581,7 milhões, representando 75,1% do total de custos e despesas operacionais.

Os custos e despesas consolidado em 2025, decorrem de custos relacionados à infraestrutura e à operação da Companhia e da sua controlada.

EBITDA

O EBITDA Consolidado totalizou R$ 220,4 milhões em 2025, com margem EBITDA de 63,5%.

EBITDA (R$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Receita Líquida Ajustada	-	347.094
Receita de construção	-	448.828
Custos operacionais	-	(67.806)
Despesas operacionais	(887)	(76.788)
Outras receitas e despesas	-	9
Equivalência patrimonial	169.182	-
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	168.295	(144.585)
Custos de construção	-	(437.135)
EBIT	**168.295**	**214.202**
Depreciação e amortização	-	6.242
EBITDA	**168.295**	**220.444**
Margem EBITDA	*0,0%*	*63,5%*

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA:

EBITDA (R$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Prejuízo do exercício	**128.217**	**125.737**
(+) IR e CS - correntes e diferidos	781	65.737
(+) Resultado financeiro	39.297	22.728
(+) Depreciação e amortização	-	6.242
EBITDA	**168.295**	**220.444**

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Receitas Financeiras	**840**	**59.271**
Aplicações financeiras	491	59.256
Outras receitas	349	15
Despesas Financeiras	**(40.137)**	**(81.999)**
Juros sobre debêntures	(36.694)	(68.655)
Impostos sobre receitas financeiras	(2.114)	(4.848)
Amortização dos custos de captação de debêntures	(1.252)	(3.527)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	(3.094)
Outras despesas	(77)	(1.875)
Resultado Financeiro	**(39.297)**	**(22.728)**

O resultado financeiro líquido na Controladora foi de -R$ 39,3 milhões em 31 de dezembro de 2025 e -R$ 22,7 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora e no Consolidado representa os juros das debêntures captadas.

O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER, conforme planejado.

Endividamento

Endividamento (R$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	Consolidado
				2025
Infra Lote 6 - 1ª emissão				
1ª série	270.000	CDI + 1,84%	fev-28	306.693
Iguaçu - 1ª emissão				
1ª série	400.000	CDI + 1,84%	fev-28	446.696
Total Debêntures				**753.389**
Arrendamento mercantil				31.251
Caixa e equivalentes de caixa				**(450.534)**
Dívida Líquida				**334.106**

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em rito de registro automático, no montante total de R$ 350

milhões. Sendo integralizada a 1ª série no montante de R$ 270 milhões. A 2ª série deverá ser integralizada até 30 de abril de 2026.

Em 28 de fevereiro de 2025, a EPR Iguaçu realizou a 1ª emissão de debêntures. O montante total da emissão foi de R$ 580 milhões, sendo a 1ª série no montante de R$ 400 milhões e a 2ª série no montante de R$ 180 milhões. Os recursos captados são com o objetivo de realizar os investimentos estimados, assim como fortalecer a sua estrutura financeira. A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série deverá ser integralizada até 30 de abril de 2026.

CAPEX

CAPEX (R$ mil)	Consolidado
	2025
Infraestrutura em construção	360.208
Imobilizado	37.154
Intangível	19
CAPEX	**397.381**

Em 2025 as controladas da Companhia, EPR Iguaçu e EPR Engenharia, desembolsaram R$ 397,4 milhões, sendo a maior representatividade as obras de atendimento ao PER, com destaque para os trabalhos iniciais, conforme previsto no Contrato de Concessão.

Lucro Líquido

No período findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou um lucro líquido consolidado de R$ 125,7 milhões.

Governança Corporativa

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração da Administração

A Administração da EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	795.922
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	(504.941)
LUCRO BRUTO	**-**	**290.981**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(887)	(76.788)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	9
Equivalência patrimonial	169.182	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**168.295**	**214.202**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	840	59.271
Despesas Financeiras	(40.137)	(81.999)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**128.998**	**191.474**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	-	(59.362)
Diferidos	(781)	(6.375)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**128.217**	**125.737**
Participação de controladores	128.217	128.217
Participação de não controladores	-	(2.480)

Balanço Patrimonial

ATIVO	Controladora 2025	Consolidado 2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	581	450.534
Contas a receber	-	42.707
Partes relacionadas	550	4.750
Impostos a recuperar	79	7.670
Adiantamentos a fornecedores	1.657	4.643
Dividendos e juros sobre capital próprio	4.034	-
Outros ativos	7	4.552
Total do ativo circulante	**6.908**	**514.856**
NÃO CIRCULANTE		
Aplicações financeiras vinculadas	49.924	49.924
Partes relacionadas	3.209	1.072
Recursos vinculados	-	7.712
Impostos a recuperar	3.352	4.172
Outros ativos	-	84
Realizável a longo prazo	**56.485**	**62.964**
Investimento	433.159	-
Direito de uso em arrendamento	-	29.239
Imobilizado	30.435	37.044
Infraestrutura em construção	-	399.022
Intangível	-	57.573
Total do ativo não circulante	**520.079**	**585.842**
TOTAL DO ATIVO	**526.987**	**1.100.698**

PASSIVO	Controladora 2025	Consolidado 2025
CIRCULANTE		
Fornecedores	296	85.900
Arrendamento mercantil a pagar	-	6.050
Obrigações sociais	-	6.478
Obrigações fiscais	2.096	14.539
Partes relacionadas	35.103	17.071
Credores pela concessão	-	3.411
Dividendos a pagar	30.452	30.493
Outros passivos	-	3
Total do passivo circulante	**67.947**	**163.945**
NÃO CIRCULANTE		
Debêntures	303.402	742.484
Arrendamento mercantil a pagar	-	25.201
Credores pela concessão	-	7.712
Imposto de renda e contribuição social diferidos	781	6.375
Total do passivo não circulante	**304.183**	**781.772**
TOTAL DOS PASSIVOS	**372.130**	**945.717**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	70.000	70.000
Reserva de capital	6.411	6.411
Reserva de lucros	78.446	78.446
Total do patrimônio líquido controladores	**154.857**	**154.857**
Participação de não controladores	-	124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**154.857**	**154.981**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**526.987**	**1.100.698**

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R$ mil)	Controladora 2025	Consolidado 2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos tributos	128.998	191.474
Ajustes de:		
Equivalência patrimonial	(169.182)	-
Juros e variação monetária de debêntures	36.694	68.655
Amortização dos custos de captação de debêntures	1.252	3.527
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	3.094
Atualização financeira de arrendamento mercantil	(349)	-
Rendimento de aplicações financeiras	(198)	(198)
Depreciação e amortização	-	6.242
Provisão de recursos vinculados	-	7.623
Provisão para participação nos lucros	-	2.618
Perdas de arrecadação	-	43
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	-	(42.750)
Partes relacionadas	-	(5.822)
Impostos a recuperar	(79)	(13.072)
Adiantamentos a fornecedores	(1.657)	(4.643)
Outros ativos	(6)	(4.635)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	296	7.352
Obrigações sociais	-	3.860
Obrigações fiscais	2.096	7.924
Partes relacionadas	35.103	3.274
Credores pela concessão	-	3.401
Outros passivos	-	4
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**32.968**	**237.971**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(51.517)
Pagamento de arrendamento mercantil - juros	-	(3.094)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**32.968**	**183.360**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de capital em controlada	(334.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	49.728	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	(360.208)
Aquisições de itens de imobilizado	(33.845)	(37.154)
Aquisições de itens de intangível	-	(19)
Recursos vinculados	-	(7.613)
Aplicações financeiras	(49.726)	(49.726)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(367.843)**	**(454.720)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social e reserva de capital	70.000	70.000
Emissão de debêntures	270.000	670.000
Custos de captação de debêntures	(4.544)	(14.433)
Pagamento de arrendamento mercantil - principal	-	(3.673)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**335.456**	**721.894**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	581	450.534
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	**581**	**450.534**

Shape the future
with confidence

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A mensuração da infraestrutura em construção e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 15 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se

Shape the future
with confidence

a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

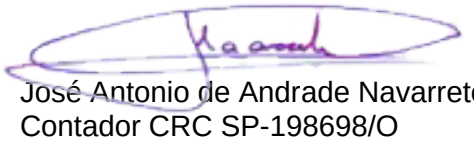
Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 2025	Consolidado 2025
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	581	450.534
Contas a receber	7	-	42.707
Partes relacionadas	17	550	4.750
Impostos a recuperar	9	79	7.670
Adiantamentos a fornecedores	8	1.657	4.643
Dividendos a receber	17	4.034	-
Outros ativos		7	4.552
Total dos ativos circulantes		**6.908**	**514.856**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras vinculadas	6	49.924	49.924
Partes relacionadas	17	3.209	1.072
Recursos vinculados	10	-	7.712
Impostos a recuperar	9	3.352	4.172
Outros ativos		-	84
Total do realizável a longo prazo		**56.485**	**62.964**
Investimentos	12	433.159	-
Direito de uso em arrendamento	13	-	29.239
Imobilizado	14	30.435	37.044
Infraestrutura em construção	15	-	399.022
Intangível	16	-	57.573
		463.594	**522.878**
Total dos ativos não circulantes		**520.079**	**585.842**
TOTAL DOS ATIVOS		**526.987**	**1.100.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota explicativa**	**2025**	**2025**
CIRCULANTE			
Fornecedores	18	296	85.900
Arrendamento mercantil a pagar	13	-	6.050
Obrigações sociais	20	-	6.478
Obrigações fiscais	21	2.096	14.539
Partes relacionadas	17	35.103	17.071
Credores pela concessão	22	-	3.411
Dividendos a pagar	17	30.452	30.493
Outros passivos		-	3
Total dos passivos circulantes		**67.947**	**163.945**
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	19	303.402	742.484
Arrendamento mercantil a pagar	13	-	25.201
Credores pela concessão	22	-	7.712
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	781	6.375
Total dos passivos não circulantes		**304.183**	**781.772**
TOTAL DOS PASSIVOS		**372.130**	**945.717**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		70.000	70.000
Reserva legal		6.411	6.411
Reserva de lucros		78.446	78.446
Total do patrimônio líquido controladores		**154.857**	**154.857**
Participação de não controladores		-	124
Total do patrimônio líquido		**154.857**	**154.981**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**526.987**	**1.100.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2025	Consolidado 2025
Receita operacional líquida	24	-	795.922
Custo dos serviços prestados	25	-	(504.941)
LUCRO BRUTO		**-**	**290.981**
Despesas gerais e administrativas	25	(887)	(76.788)
Outras receitas e despesas		-	9
Equivalência patrimonial	12	169.182	-
LUCRO OPERACIONAL		**168.295**	**214.202**
Receitas financeiras	26	840	59.271
Despesas financeiras	26	(40.137)	(81.999)
RESULTADO FINANCEIRO		**(39.297)**	**(22.728)**
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		**128.998**	**191.474**
Imposto de renda e contribuição social		**(781)**	**(65.737)**
Correntes	11	-	(59.362)
Diferidos	11	(781)	(6.375)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**128.217**	**125.737**
Participação de controladores		128.217	128.217
Participação de não controladores		-	(2.480)
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	27	**1,4687**	**1,4687**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	128.217	125.737
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**128.217**	**125.737**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado						
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2025		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	23	240.000	(170.000)	70.000	-	-	-	70.000	-	70.000
Aquisição de participação de não controladores	12	-	-	-	-	(12.908)	-	(12.908)	2.645	(10.263)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-		128.217	128.217	(2.480)	125.737
Destinações do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	23	-	-	-	6.411		(6.411)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-		(30.452)	(30.452)	(41)	(30.493)
Constituição de reserva de lucros	23	-	-	-	-	91.354	(91.354)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**240.000**	**(170.000)**	**70.000**	**6.411**	**78.446**	**-**	**154.857**	**124**	**154.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2025	Consolidado 2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		128.998	191.474
Ajustes de:			
Equivalência patrimonial	12	(169.182)	-
Juros sobre debêntures	26	36.694	68.655
Amortização do custo de captação de debêntures	26	1.252	3.527
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	26	-	3.094
Atualização financeira de arrendamento mercantil		(349)	-
Rendimento de aplicações financeiras	6	(198)	(198)
Depreciação e amortização	25	-	6.242
Provisão de recursos vinculados	22	-	7.623
Provisão para participação nos lucros		-	2.618
Perdas de arrecadação	25	-	43
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	7	-	(42.750)
Partes relacionadas	17	-	(5.822)
Impostos a recuperar		(79)	(13.072)
Adiantamentos a fornecedores	8	(1.657)	(4.643)
Outros ativos		(6)	(4.635)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	18 e 31	296	7.352
Obrigações sociais		-	3.860
Obrigações fiscais		2.096	7.924
Partes relacionadas	17	35.103	3.274
Credores pela concessão	22	-	3.401
Outros passivos		-	4
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**32.968**	**237.971**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	11	-	(51.517)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	13	-	(3.094)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**32.968**	**183.360**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital social em controlada	12	(334.000)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	12	49.728	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	15 e 31	-	(360.208)
Aquisições de itens de imobilizado	14	(33.845)	(37.154)
Aquisições de itens de intangível	16	-	(19)
Recursos vinculados	10	-	(7.613)
Aplicações financeiras	6	(49.726)	(49.726)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(367.843)**	**(454.720)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	23	70.000	70.000
Emissão de debêntures	19	270.000	670.000
Custos de captação de debêntures	19	(4.544)	(14.433)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	13	-	(3.673)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**335.456**	**721.894**
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		581	450.534
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	5	**581**	**450.534**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2025	Consolidado 2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	24	-	373.531
Receita dos serviços de construção	24	-	448.828
Receita de gerenciamento de obras	24	-	4.750
Outras receitas		-	9
		-	**827.118**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		-	(25.488)
Custo dos serviços de construção	25	-	(437.135)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(872)	(56.676)
Custo da concessão	25	-	(14.654)
Outros custos		(10)	(8.424)
		(882)	**(542.377)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**(882)**	**284.741**
Depreciação e amortização	25	-	(6.242)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		**(882)**	**278.499**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Equivalência patrimonial	12	169.182	-
Receitas financeiras	26	840	59.271
		170.022	**59.271**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**169.140**	**337.770**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**169.140**	**337.770**
Pessoal e encargos:		**-**	**29.681**
Remuneração direta		-	23.100
Benefícios		-	5.341
FGTS		-	1.240
Impostos, taxas e contribuições:		**788**	**97.234**
Federais (incluindo IOF)		788	79.731
Municipais		-	17.503
Remuneração de capitais de terceiros:		**168.352**	**210.855**
Juros sobre debêntures	26	36.694	68.655
Aluguéis	25	5	3.429
Outras despesas financeiras		3.436	13.034
Dividendos e juros sobre capital próprio		30.452	30.452
Lucros retidos		97.765	95.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. ("Infra Lote 6" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, constituída em 18 de outubro de 2024, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 21, 2° andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia e suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo") tem por objeto social explorar, no território nacional, (i) projetos de infraestrutura em transporte, através da exploração direta e/ou participação em sociedades de propósitos específicos que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; (ii) aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, sem operador, (iii) testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e de produto; e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação.

Segmento operacional

O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria que avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

O contrato de concessão operado pelo Grupo prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

2. Entidades do Grupo

A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de suas controladas, bem como sua principal atividade.

Controlada	Atividade principal	Contrato de concessão	Data do término da concessão	Participação	2025
EPR Iguaçu S.A. ("Iguaçu") (i)	Concessão de rodovias	Nº 05/2024	mai/55	Direta	100%
EPR Engenharia S.A. ("Engenharia") (ii)	Serviços de Engenharia	-	-	Direta	99%

(i) Constituída em 18 de outubro de 2024, a Iguaçu tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR/280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão firmado em 11 de abril de 2025.

O contrato de concessão nº 05/2024 estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à controlada o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

Em 16 de maio de 2025, a controlada deu início à suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico. A principal fonte de receita da controlada ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 28 de junho de 2025. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual, tendo como data base do reajuste o mês de abril, ou em situações excepcionas, conforme previsto contratualmente.

O lote da concessão compreende a extensão de 662 quilômetros de malha, abrangendo dois principais trechos: (i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452 até a Ponte da Amizade; e (ii) de Cascavel até Pato Branco. A concessão contempla 9 praças de pedágio (cujas 3 possuem previsão para início da operação em 2026) e 11 pontos do serviço de atendimento ao usuário já implantados, além de 3 pontos de parada e descanso (PPDs) a serem implantados.

O projeto de concessão abrange investimentos obrigatórios nas seguintes frentes:

- Serviços de recuperação do sistema rodoviário;
- Ampliação de capacidade e melhorias, incluindo duplicações e faixas adicionais; e
- Obras de infraestrutura urbana, como travessias, vias marginais, acessos, trevos, retornos, passarelas, ciclovias, iluminação pública, passagens de fauna, pontos de ônibus, entre outras.

(ii) Constituída em 19 de setembro de 2025, a controlada EPR Engenharia S.A. atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2024. Até 31 de dezembro de 2024, a única transação feita foi a integralização de capital social no valor de R$ 100,00 (cem reais), por esse motivo não estão sendo apresentadas as informações comparativas do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

A Companhia adquiriu a participação societária da controlada Iguaçu em 11 de fevereiro de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, desta forma, não há saldo consolidado a ser apresentado em informações comparativas do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

3.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

(i) Capitalização do ativo intangível

A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível.

O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis.

(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível

O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(iii) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado.

(iv) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Imposto de renda diferido

O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados.

Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 11.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28.

4. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos osexercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

• Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;

• A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

• O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto;

• Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;

• Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

4.2 Investimento

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados.

O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia.

4.3 Receitas de contratos com clientes

O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir:

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário, pertinente ao recurso vinculado.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido na ICPC 01 (R1), quando a concessionaria presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

4.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata e montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias:

• Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria:

• Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "Ativo intangível".

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão do Grupo prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o Grupo atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.6 Ativos imobilizados

Móveis e utensílios, computadores e periféricos, instalações, edifícios e dependências e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de

reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos;
- Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos;
- Instalações, edifícios e dependências: de 5 a 15 anos;
- Outros imobilizados: de 5 a 15 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.7 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

4.8 Capitalização dos custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo.

O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

4.9 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo.

4.10 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 28.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pela concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

4.12 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.14 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

4.16 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualização monetária e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedentede R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente – Lucro real

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Lucro presumido

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, apurado trimestralmente, mediante a aplicação do percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta de prestação de serviços, conforme previsto na legislação fiscal vigente.

Sobre a base de cálculo assim determinada, aplicam-se as alíquotas de 15% para o Imposto de Renda, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R$ 60 mil por trimestre, e de 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

(iv) Imposto corrente – Lucro presumido

O imposto corrente corresponde ao montante de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar, apurado trimestralmente, com base no lucro presumido do período, às alíquotas vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores.

(v) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(vi) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com

relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

4.19 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço.

4.20 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

4.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.23 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Arrendamento mercantil a pagar

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(ii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.24 Questões climáticas

O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

4.25 Eventos após o período do relatório

Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas

Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1).

- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituido pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 9.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).
Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.

- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio

devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Numerários em trânsito	-	1.249
Caixa e contas bancárias	34	3.201
Aplicações financeiras	547	446.084
Total	**581**	**450.534**

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 92,34% na controladora e 96,46% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Conta reserva vinculada (a)	49.924	49.924
Total	**49.924**	**49.924**

(a) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 99,19% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias da 1° emissão de debêntures da Companhia.

A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Saldo no início do exercício	-	-
(+) Aplicações	49.726	49.726
(+) Rendimentos	198	198
Saldo no final do exercício	**49.924**	**49.924**

7. Contas a receber

	Consolidado 2025
Pedágio eletrônico (TAG) (a)	39.197
Cartão débito/crédito (b)	3.432
Cupom (c)	78
Total	**42.707**

(a) Pedágios eletrônicos, liquidados conforme prazos das operadoras.
(b) Cartões de débito e crédito, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão.
(c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda).

O aging do contas a receber está demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado 2025
A vencer	42.702
Vencidos	
Até 1 mês	5
Total	**42.707**

O Grupo faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece perda de crédito esperado à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu R$ 43 (Nota 25) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber.

8. Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 1.657 na controladora, referente principalmente a adiantamento para compra de máquinas e equipamentos, e R$ 4.643 no consolidado, referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços operacionais.

9. Impostos a recuperar

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Imposto de renda retido na fonte de juros sobre capital próprio	3.352	3.352
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras – IRRF	79	7.614
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	-	674
Programa de integração social – PIS	-	146
Outros tributos	-	56
Total	**3.431**	**11.842**
Circulante	79	7.670
Não Circulante	3.352	4.172

10. Recursos vinculados

A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 2% do preço do pedágio cobrado pela controlada Iguaçu. Conforme previsto no contrato de concessão, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente;
ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado ao Grupo a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

	Consolidado
	2025
Saldo no início do exercício	-
(+) Depósitos de recursos vinculados	7.613
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 22)	99
Saldo no final do exercício	**7.712**

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.998	191.474
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	**(43.859)**	**(65.101)**
Ajustes para alíquota efetiva		
Equivalência patrimonial	57.522	-
Juros sobre capital próprio	(7.597)	-
Incentivos fiscais	-	1.329
Adições/exclusões permanentes	-	(660)
Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	-	5.542
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(6.847)	(6.847)
Total	**(781)**	**(65.737)**
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(59.362)
Diferidos	(781)	(6.375)
Total	**(781)**	**(65.737)**
Alíquota efetiva de impostos	**1%**	**34%**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.

Variação do imposto de renda contribuição social a pagar	Consolidado 2025
Saldo no início do exercício	-
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	59.362
(-) Pagamentos efetuados	(51.517)
(-) Compensações	(4.582)
Saldo no final do exercício	**3.263**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora		
	2025	**Resultado**	**2024**
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	335	335	-
Provisão para fornecedores	3	3	-
	338	**338**	**-**
Passivo fiscal diferido			
Custos de captação da dívida	(1.119)	(1.119)	-
	(1.119)	**(1.119)**	**-**
Passivo fiscal diferido líquido	**(781)**	**(781)**	**-**

(a) O saldo de prejuízo fiscal e base negativa está sendo constituído limitando-se a 30% do saldo registrado no passivo diferido da controladora, considerando que a Companhia possui projeções de lucro tributável apenas para esses montantes.

	Consolidado		
	2025	**Resultado**	**2024**
Ativo fiscal diferido			
Provisão para participação nos lucros	879	879	-
Arrendamento mercantil	822	822	-
Credores pela concessão	594	594	-
Prejuízo fiscal e base negativa	335	335	-
Provisão para fornecedores	89	89	-
Outros ativos diferidos	15	15	-
Passíveis de compensação	(2.734)	(2.734)	-
Ativo fiscal diferido líquido	**-**	**-**	**-**
Passivo fiscal diferido			
Custos de debêntures capitalizados	(5.010)	(5.010)	-
Custos de captação da dívida	(4.099)	(4.099)	-
Passíveis de compensação	2.734	2.734	-
Passivo fiscal diferido líquido	**6.375**	**6.375**	**-**

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 os montantes de R$ 5.035 e R$ 1.812 referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável para esses montantes.

12. Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Investida	Controle	Participação 2025	Controladora 2025
EPR Iguaçu S.A.	Controlada	100%	421.055
EPR Engenharia S.A.	Controlada	99%	12.104
			433.159

a) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:

Controlada	2024	Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio (i)	Aportes de capital (ii)	Aquisição de participação (iii)	2025
EPR Iguaçu S.A.	-	153.044	(53.080)	334.000	(12.909)	421.055
EPR Engenharia S.A.	-	16.138	(4.034)	-	-	12.104
Total	**-**	**169.182**	**(57.114)**	**334.000**	**(12.909)**	**433.159**

(i) No exercício de 2025, as destinações de dividendos e juros sobre capital próprio da controlada Iguaçu ocorreram da seguinte forma:

Data de deliberação	Deliberação	Valor bruto	IR retido	Valor líquido
04/12/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	30.735	-	30.735
04/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	17.647	(2.647)	15.000
11/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2025	4.698	(705)	3.993
		53.080	**(3.352)**	**49.728**

O montante de R$ 4.034 referente à controlada Engenharia refere-se a proposta de dividendos referente ao lucro apurado em 2025.

A movimentação dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio a receber é demonstrada abaixo:

	Controladora
	2025
Saldo no início do exercício	-
(+) Dividendos e juros sobre capital próprio declarados em ata	57.114
(-) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(49.728)
(-) IRRF de juros sobre capital próprio	(3.352)
Saldo no final do exercício	**4.034**

(ii) Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a aquisição da totalidade das ações da controlada Iguaçu, sendo 100 ações ordinárias, perfazendo o montante de R$ 100,00 (cem reais). Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a subscrição de 689.999.900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal na controlada Iguaçu, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 690.000. O capital foi parcialmente integralizado no montante de R$ 334.000 e o restante deve ser integralizado em moeda corrente nacional até 24 de abril de 2026.

(iii) Em 11 de fevereiro de 2025, a EPR Participações S.A. vendeu 99 ações ordinárias da controlada Iguaçu, a preço de R$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia. O valor contábil das ações era de R$ (12.908) e houve uma perda (pagamento a maior) na aquisição no montante de R$ 12.908, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas

b) Informações financeiras resumidas das controladas

(i) Balanço patrimonial

	Iguaçu	Engenharia
	2025	2025
Ativo circulante	507.782	16.805
Ativo não circulante	526.919	-
Total do ativo	**1.034.701**	**16.805**
Passivo circulante	132.872	4.579
Passivo não circulante	480.772	-
Total do passivo	**613.644**	**4.579**
Patrimônio líquido	**421.057**	**12.226**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.034.701**	**16.805**

(ii) Demonstração do resultado

	Iguaçu	Engenharia
	2025	2025
Lucro bruto	274.681	16.300
Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(75.892)	-
Resultado financeiro	16.569	-
Lucro operacional antes dos impostos	**215.358**	**16.300**
Imposto de renda e contribuição social	(64.956)	-
Lucro líquido do exercício	**150.402**	**16.300**

13. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar

a) Direito de uso em arrendamento

	Consolidado			
	Atendimento pré-hospitalar (a)	Veículos (b)	Imóveis (c)	Total
Custo do direito de uso				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
(+) Adições	6.460	24.628	3.836	34.924
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.460**	**24.628**	**3.836**	**34.924**
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
(-) Amortização	(959)	(3.895)	(831)	(5.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(959)**	**(3.895)**	**(831)**	**(5.685)**
Direito de uso líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.501	20.733	3.005	29.239
Taxa de amortização - a.a.	20%	20%	10%	-

(a) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;
(b) Refere-se à veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos;
(c) Refere-se à locação de sedes administrativas.

b) Passivo de arrendamento

	Consolidado
	2025
Saldo no início do exercício	-
(+) Adições	34.924
(+) Ajuste a valor presente (Nota 26)	3.094
(-) Pagamentos – principal	(3.673)
(-) Pagamentos – juros	(3.094)
Saldo no final do exercício	**31.251**
Circulante	6.050
Não circulante	25.201

No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 9,68% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente totalizava R$ 10.024.

Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	Consolidado
	2025
2027	6.695
2028	7.586
2029	7.224
2030	2.028
2031	307
Após 2031	1.361
Total	**25.201**

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 4,05%[1] a.a., similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.

[1] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.

	Consolidado
	2025
Fluxo real (contabilizado)	
Direito de uso em arrendamento	34.924
(-) Amortização	(5.685)
	29.239
Passivo de arrendamento	41.275
(-) Ajuste a valor presente	(10.024)
	31.251
Fluxo nominal	
Direito de uso em arrendamento	36.339
(-) Amortização	(5.916)
	30.423
Passivo de arrendamento	42.947
(-) Ajuste a valor presente	(10.430)
	32.517

14. Imobilizado

	Controladora		
	Adiantamento a fornecedores	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Custo do imobilizado			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
(+) Adições	11.983	21.862	33.845
(-) Baixas	-	(3.410)	(3.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.983**	**18.452**	**30.435**
Depreciação acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
(-) Depreciação	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	-
Imobilizado líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.983	18.452	30.435
Taxa de depreciação - a.a.	-	-	

	Consolidado						
	Móveis e utensílios	**Computadores e periféricos**	**Instalações, edifícios e dependências**	**Outras imobilizações**	**Adiantamento a fornecedores**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Custo do imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-
(+) Adições	778	846	1.180	505	11.983	21.862	37.154
(+/-) Transferências entre Imobilizado	241	-	264	(505)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.019**	**846**	**1.444**	**-**	**11.983**	**21.862**	**37.154**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	(9)	(27)	(17)	-	-	(57)	(110)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(9)**	**(27)**	**(17)**	**-**	**-**	**(57)**	**(110)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.010	819	1.427	-	11.983	21.805	37.044
Taxa de depreciação - a.a.	10%	20%	4%	20%			

15. Infraestrutura em construção

	Consolidado		
	Intangível em andamento (a)	**Adiantamentos a fornecedores**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.532	-	3.532
(+) Adições	432.873	20.618	453.491
(+/-) Transferências de adiantamentos a fornecedores	15.955	(15.955)	-
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 16)	(58.001)	-	(58.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**394.359**	**4.663**	**399.022**

(a) Refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo de restabelecer níveis de serventia mínimos, definidos pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de modo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho.

Os juros e custos sobre as debêntures foram capitalizados a uma taxa de 5,96% a.a. nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R$ 14.735 (Nota 19).

A controlada Iguaçu, em 31 de dezembro de 2025, estava atendendo o escopo de trabalhos iniciais conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços que tem por objetivo a eliminação dos problemas que impliquem em riscos pessoais e materiais iminentes, provendo os requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários. A expectativa de conclusão do escopo de trabalhos iniciais é maio de 2026.

16. Intangível

	Consolidado		
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	**Software**	**Total**
Custo do intangível			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
(+) Adições	-	19	19
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 15)	58.001	-	58.001
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**58.001**	**19**	**58.020**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
(-) Amortização	(446)	(1)	(447)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(446)**	**(1)**	**(447)**
Intangível líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	57.555	18	57.573
Taxa de amortização - a.a. - 31/12/2025	1,56%	20%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. O Grupo concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025.

17. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	Controladora 2025
Ativo circulante	
Arrendamento mercantil a receber	
EPR Iguaçu S.A. (c)	550
Dividendos a receber	
EPR Engenharia S.A.	4.034
Ativo não circulante	
Arrendamento mercantil a receber	
EPR Iguaçu S.A. (c)	3.209
Total de ativos com partes relacionadas	**7.793**
Passivo circulante	
Partes relacionadas	
EPR Iguaçu S.A. (b)	24.788
EPR Litoral Pioneiro S.A (b)	3.773
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (b)	2.497
EPR Via Mineira S.A. (b)	2.187
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (b)	1.845
EPR Participações S.A. (a)	13
	35.103
Dividendos a pagar	
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	28.929
EPR Participações S.A.	1.523
	30.452
Total de passivos com partes relacionadas	**65.555**
Custos e despesas	
EPR Iguaçu S.A. (c)	57
Resultado financeiro	
EPR Iguaçu S.A. (c)	349
Resultado com partes relacionadas	**406**

	Consolidado
	2025
Ativo circulante	
Partes relacionadas	
EPR Via Mineira S.A. (b)	4.750
Ativo não circulante	
Partes relacionadas	
EPR Paraná S.A. (a)	1.072
Aquisição de infraestrutura em construção no exercício	
EPR Engenharia S.A. (b)	12.055
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR 2 Engenharia S.A.) (b)	8.541
	20.596
Total de ativos com partes relacionadas	**26.418**
Passivo circulante	
Partes relacionadas	
EPR Participações S.A. (a)	5.932
EPR Litoral Pioneiro S.A. (a) (b)	4.522
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a) (b)	2.525
EPR Via Mineira S.A. (a) (b)	2.227
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a) (b)	1.849
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	16
	17.071
Dividendos a pagar	
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	28.929
EPR Participações S.A.	1.564
	30.493
Total de passivos com partes relacionadas	**47.564**
Receita operacional líquida	
EPR Via Mineira S.A. (b) (Nota 24)	4.750
Resultado com partes relacionadas	**4.750**

(a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA).

(b) A EPR Engenharia S.O. S.A. e a EPR Engenharia S.A. (em conjunto, "EPRs Engenharia") prestam serviços de apoio na gestão de terceiros, tanto na fase pré-contratual, com seleção, negociação e contratação, quanto no acompanhamento da execução dos contratos celebrados. Esse acompanhamento inclui o gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras, garantindo a qualidade dos serviços e cumprimento das obrigações perante o poder concedente. Além disso, as EPRs Engenharia buscam realizar a análise e o aprimoramento dos projetos de engenharia das obras da concessão, visando otimização e ganhos de eficiência.

O contrato firmado com as EPRs Engenharia mencionado acima, prevê a possibilidade de execução dos serviços pelas próprias EPRs Engenharia ou por outras empresas do grupo. Neste contexto, a Companhia aderiu ao contrato para a prestação de serviços de monitoração de pavimento através de tecnologia importada. O saldo no passivo refere-se ao adiantamento recebido durante o processo de compra da tecnologia.

(c) Refere-se ao contrato de locação de equipamentos pelo período de 10 anos, celebrado entre a Companhia e a controlada Iguaçu. Os custos e despesas entre partes relacionadas referem-se à amortização de direito de uso (R$ 57 em 31 de dezembro de 2025) e o resultado financeiro refere-se à atualização monetária de arrendamento mercantil (R$ 349 em 31 de dezembro de 2025).

A controlada EPR Engenharia S.A. presta o serviço de execução de obras para as concessionárias do grupo EPR, incluindo a controlada Iguaçu. A margem das operações dessa controlada integra a receita de construção do consolidado. Dessa forma, o lucro bruto apurado nas operações de construção (diferença entre a receita de serviços de construção e o custo de serviços de construção, indicados nas notas explicativas 24 e 25, respectivamente) representa a margem obtida por essa controlada nas transações com a controlada Iguaçu. Em 31 de dezembro de 2025, a margem de receita/custo de construção apresentada nas notas explicativas 24 e 25 é de R$ 11.693.

A movimentação das transações entre partes relacionadas, exceto dividendos a pagar/receber e arrendamento mercantil, é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	
	Ativo	**Passivo**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
(+) Compartilhamento de custos	-	155
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	3	4.472
(+) Adiantamento (b)	-	35.090
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros	(3)	(4.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**35.103**

	Consolidado	
	Ativo	**Passivo**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
(+) Compartilhamento de custos	213	38.145
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	5.723	49.070
(+) Gerenciamento de obras	4.750	-
(+) Adiantamento (b)	-	10.302
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros	(4.864)	(80.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.822**	**17.071**

Remuneração da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu o montante de R$ 1.386 referente a remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos ao Grupo, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

18. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Fornecedores nacionais	296	85.900
Total	**296**	**85.900**

Os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura do Grupo, bem como execução de obras na rodovia.

19. Debêntures

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	Controladora 2025
1ª emissão – 1ª série	270.000	CDI + 1,84% a.a.	fev/2028	306.693
				306.693
			Custos de captação	(3.291)
			Total	**303.402**
			Circulante	-
			Não Circulante	303.402

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	Consolidado 2025
Infra Lote 6 - 1ª emissão – 1ª série	270.000	CDI + 1,84% a.a.	fev/2028	306.693
Iguaçu - 1ª emissão – 1ª Série	400.000	CDI + 1,84% a.a.	fev/2028	446.696
				753.389
			Custos de captação	(10.905)
			Total	**742.484**
			Circulante	-
			Não Circulante	742.484

A movimentação das debêntures é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Saldo no início do exercício	-	-
(+) Captações	270.000	670.000
(+) Juros provisionados (Nota 26)	36.694	68.655
(+) Custos de debêntures capitalizados (Nota 15)	-	14.735
(-) Custos de captação	(4.544)	(14.433)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 26)	1.252	3.527
Saldo no final do exercício	**303.402**	**742.484**

Abaixo é demonstrado o saldo de debêntures não circulante, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
2028	303.402	742.484
Total	**303.402**	**742.484**

Infra Lote 6 - 1ª emissão de debêntures

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2028.

O montante total da emissão foi de R$ 350.000, sendo a 1ª série no montante de R$ 270.000 e a 2ª série no montante de R$ 80.000. A 1ª série foi integralizada em 07 de março de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 32. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures.

Iguaçu - 1ª emissão de debêntures

Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada Iguaçu realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2028.

O montante total da emissão foi de R$ 580.000, sendo a 1ª série no montante de R$ 400.000 e a 2ª série no montante de R$ 180.000. A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 32. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures.

Garantias

As debêntures contam com garantias usuais de empréstimos ponte para investimentos em projetos, tais como alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios. Até o pagamento integral das obrigações garantidas, as debêntures contam com a garantia fidejussória da EPR Participações S.A..

Covenants

São previstas nas debêntures hipóteses de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Companhia, pela EPR Participações S.A. e empresas controladas pela EPR Participações S.A.; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas das debêntures.

20. Obrigações sociais

	Consolidado
	2025
Provisão para participação nos lucros	2.585
Provisão para férias	2.445
Salários e encargos sociais	1.448
Total	**6.478**

21. Obrigações fiscais

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Impostos sobre serviços – ISS	-	4.593
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	1.722	3.816
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	1.881
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	1.382
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	1.127
Programa de integração social – PIS	374	814
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	-	394
Outros	-	532
Total	**2.096**	**14.539**

22. Credores pela concessão

	Consolidado
	2025
Recursos vinculados (a)	7.722
Recurso para desenvolvimento tecnológico (b)	1.747
Verba de fiscalização (c)	1.654
Total	**11.123**
Circulante	3.411
Não Circulante	7.712

(a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de toda vigência contratual em aplicação financeira de movimentação restrita, cuja movimentação depende de autorização do poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 2% sobre a receita de serviços prestados. Vide nota explicativa nº 10.

(b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão a controlada Iguaçu deverá destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A ANTT poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico.

(c) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a controlada Iguaçu deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão.

A movimentação de credores pela concessão é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado
	2025
Saldo no início do exercício	-
(+) Custo da concessão (Nota 25) (a)	14.654
(+) Provisão de recursos vinculados	7.623
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 10)	99
(-) Pagamentos e consumo de verbas	(11.253)
Saldo no final do exercício	**11.123**

(a) Reconhecimento da verba de fiscalização e provisionamento do recurso para desenvolvimento tecnológico, conforme previsto no contrato de concessão.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 100,00, e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas, sendo 99 ações de propriedade da acionista EPR Participações S.A. e 01 ação de propriedade da acionista EPR Infraestrutura PR S.A.

Em 04 de fevereiro de 2025, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência de 26 ações ordinárias da acionista EPR Participações S.A. para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE.

Em 04 de fevereiro de 2025, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência de 01 ação ordinária da acionista EPR Infraestrutura PR S.A. para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE.

Em 04 de fevereiro de 2025, foram convertidas 50 ações ordinárias em ações preferenciais, sendo 23 ações de propriedade da EPR Participações S.A. e 27 ações de propriedade da Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE.

Em 21 de fevereiro de 2025, foram subscritas 239.999.900 ações sem valor nominal, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 240.000, sendo 119.999.950 ações ordinárias de propriedade da acionista EPR Participações S.A., e 119.999.950 ações preferenciais classe A, onde 55.199.977 são de propriedade da acionista EPR Participações S.A. e 64.799.973 são de propriedade da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE. A integralização ocorreu parcialmente em R$ 70.000 em 06 de março de 2025 e o restante foi integralizado em 21 de janeiro de 2026, conforme divulgado na nota explicativa nº 32.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 70.000, conforme demonstrado a seguir:

	2025				
	Quantidade de ações			Percentual de participação	
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	R$	Votante	Total
EPR Participações S.A.	120.000.000	60.000.000	35.000	100%	75%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	-	60.000.000	35.000	0%	25%
	120.000.000	**120.000.000**	**70.000**	**100%**	**100%**

Características das ações preferenciais

As ações preferenciais possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal corresponde a R$ 6.411.

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	Controladora
	2025
Lucro líquido do exercício	128.217
(-) Reserva legal (5%)	(6.411)
Base para distribuição de dividendos	**121.806**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	30.452

A declaração dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 30.452 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira.

d) Reserva de lucros

A constituição de reserva de lucros no montante de R$ 91.354 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira, principalmente para atender ao definido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita operacional líquida

	Consolidado
	2025
Receitas operacionais	
Receita de serviços prestados	373.531
Receita de serviços de construção	448.828
Receita de gerenciamento de obras (Nota 17)	4.750
Receita bruta	**827.109**
Deduções da receita	
Tributos sobre receita de serviços prestados	(31.187)
Receita operacional líquida	**795.922**

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Custos e despesas		
Custo de serviços de construção	-	(437.135)
Serviço de terceiros	(872)	(71.943)
Com pessoal	-	(31.197)
Custo da concessão (Nota 22)	-	(14.654)
Depreciação e amortização	-	(6.242)
Seguros e garantias	-	(5.042)
Combustíveis e lubrificantes	-	(3.487)
Aluguéis	(5)	(3.429)
Contribuições e doações	-	(1.286)
Perdas de arrecadação (Nota 7)	-	(43)
Outros	(10)	(7.271)
Total	**(887)**	**(581.729)**
Custo dos serviços prestados	-	(504.941)
Despesas gerais e administrativas	(887)	(76.788)

26. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	491	59.256
Outras receitas	349	15
Total	**840**	**59.271**
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures (Nota 19)	(36.694)	(68.655)
Impostos sobre receitas financeiras	(2.114)	(4.848)
Amortização dos custos de captação de debêntures (Nota 19)	(1.252)	(3.527)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 13)	-	(3.094)
Outras despesas	(77)	(1.875)
Total	**(40.137)**	**(81.999)**
Resultado financeiro	**(39.297)**	**(22.728)**

27. Resultado por ação

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	88.651	88.651
Média ponderadas das ações ordinárias (em milhares)	60.358	60.358
Resultado básico e diluído por ação – R$	**1,4687**	**1,4687**

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	581	450.534
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	49.924	49.924
Contas a receber (Nota 7)	-	42.707
Partes relacionadas (Nota 17)	3.759	5.822
Dividendos a receber (Nota 17)	4.034	-
Recursos vinculados (Nota 10)		7.712
Total	**58.298**	**556.699**

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O contrato de concessão estabelece o recurso vinculado como garantia às partes contratuais. Caso o saldo deste recurso seja insuficiente para cobrir os eventuais reequilíbrios, favoráveis ou não ao Grupo, outras formas de reequilíbrio deverão ser discutidas entre as partes.

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Controladora			
	2025			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Debêntures (Nota 19)	-	303.402	-	303.402
Fornecedores (Nota 28)	296	-	-	296
Partes relacionadas (Nota 17)	35.103	-	-	35.103
Dividendos a pagar (Nota 17)	30.452	-	-	30.452
Total	**65.851**	**303.402**	**-**	**369.253**

	Consolidado			
	2025			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Debêntures (Nota 19)	-	742.484	-	742.484
Fornecedores (Nota 18)	85.900	-	-	85.900
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 13)	6.050	23.840	1.361	31.251
Partes relacionadas (Nota 17)	17.071	-	-	17.071
Credores pela concessão (Nota 22)	3.411	7.712	-	11.123
Dividendos a pagar (Nota 17)	30.493	-	-	30.493
Total	**142.925**	**774.036**	**1.361**	**918.322**

d) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora							
Operação	Exposição	Risco	Taxa de juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 5)	547	Variação CDI	12,25%[1]	67	84	100	50	33
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	49.924	Variação CDI	12,25%[1]	6.116	7.645	9.174	4.587	3.058
Passivos financeiros								
Debêntures (Nota 19)	306.693	Variação CDI	12,25%[1]	37.570	46.962	56.355	28.177	18.785

	Controladora							
Operação	Exposição	Risco	Taxa de juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 5)	446.084	Variação CDI	12,25%[1]	54.645	68.307	81.968	40.984	27.323
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	49.924	Variação CDI	12,25%[1]	6.116	7.645	9.174	4.587	3.058
Passivos financeiros								
Debêntures (Nota 19)	753.389	Variação CDI	12,25%[1]	92.290	115.363	138.435	69.218	46.145

A diretoria do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

[1] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f) Risco regulatório

O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da controlada Iguaçu, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da controlada Iguaçu, inclusive os de natureza financeira, incluindo aqueles relacionados a mudanças na legislação tributária, o que incluir aqueles oriundos da Reforma Tributária sobre o Consumo (LC 214/2025), e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

g) Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e credores.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Debêntures (Nota 19)	303.402	742.484
Fornecedores (Nota 18)	296	85.900
Arrendamento mercantil (Nota 13)	-	35.251
Credores pela concessão (Nota 22)	-	11.123
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(581)	(450.534)
Subtotal	**303.117**	**424.224**
Patrimônio líquido	154.857	154.981
Total	**457.974**	**579.205**
Quociente de alavancagem	66%	73%

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

		Controladora	
		2025	
	Classificação	Contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e numerários (Nota 5)	2	34	34
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	547	547
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	1 (Nível 2)	49.924	49.924
Partes relacionadas (Nota 17)	2	3.759	3.759
Dividendos a receber (Nota 17)	2	4.034	4.034
		58.298	**58.298**
Passivo			
Debêntures (Nota 19)	2	303.402	303.402
Fornecedores (Nota 18)	2	296	296
Partes relacionadas (Nota 17)	2	35.103	35.103
Dividendos a pagar (Nota 17)	2	30.452	30.452
		369.253	**369.253**

		Consolidado	
		2025	
	Classificação	Contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e numerários (Nota 5)	2	4.450	4.450
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	446.084	446.084
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	1 (Nível 2)	49.924	49.924
Contas a receber (Nota 7)	2	42.707	42.707
Partes relacionadas (Nota 17)	2	5.822	5.822
Recursos vinculados (Nota 10)	2	7.712	7.712
		556.699	**556.699**
Passivo			
Debêntures (Nota 19)	2	742.484	742.484
Fornecedores (Nota 18)	2	85.900	85.900
Arrendamento mercantil (Nota 13)	2	31.251	31.251
Partes relacionadas (Nota 17)	2	17.071	17.071
Credores pela concessão (Nota 22)	2	11.123	11.123
Dividendos a pagar (Nota 17)	2	30.493	30.493
		918.322	**918.322**

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado
Classificação 2 – Custo amortizado

29. Garantias e seguros

A controlada Iguaçu, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controlada Iguaçu mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

	Consolidado		
	2025		
	Vigência		Limites de
Riscos cobertos	Início	Vencimento	indenização
Seguro garantia	12/03/2025	12/05/2026	543.943
Riscos operacionais	12/03/2025	12/05/2026	69.892
Responsabilidade civil geral	12/03/2025	12/05/2026	10.000
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000

30. Compromissos

A controlada Iguaçu tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e
- Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão.

No âmbito do contrato, a controlada Iguaçu assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 18.962.740, sendo R$ 13.269.336 destinados à expansão e melhorias e R$ 5.693.404 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 462 quilômetros de pistas, a implantação de 31 quilômetros de faixas adicionais e 87 quilômetros de vias marginais.

Além do estabelecido acima, a controlada Iguaçu também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controlada Iguaçu em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

A controlada também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a controlada Iguaçu deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER	543.943
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER até o 27º ano de concessão	271.972
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	543.943

31. Transações que não afetaram caixa

	Consolidado
	2025
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	(78.548)
Custos de debêntures capitalizados (Nota 15)	(14.735)
Adições de direito de uso/arrendamento mercantil (Nota 13)	(34.924)

32. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital social e alteração de participação societária

Em 13 de janeiro de 2026, a Companhia, vendeu 100 ações ordinárias da controlada EPR Engenharia S.A. ao preço de R$ 1,00 (um real) cada, para a acionista EPR Participações S.A.. O valor contábil das ações era de R$ 16.138 e houve uma perda na aquisição no montante de R$ 16.137, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia como um ágio e como um deságio na EPR Participações S.A..

Em 21 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R$ 170.000, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas no dia 21 de fevereiro de 2025.

Em 22 de janeiro de 2026, a Companhia realizou aporte de recursos via integralização de capital em sua controlada Iguaçu no montante de R$ 336.477.

b) Dividendos

Em 13 de janeiro de 2026, a controlada Iguaçu destinou dividendos para a Infra Lote 6 no montante de R$ 62.000, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026.

c) Liberações de recursos de dívidas contratadas anteriormente

Em 21 e 22 de janeiro de 2026, a Companhia e a controlada Iguaçu receberam, respectivamente, R$ 80.000 e R$ 180.000 referentes à integralização das 2ªs séries das suas 1ªs emissões de debêntures. Detalhes sobre as emissões de debêntures das companhias constam na nota explicativa nº 19.

Diretoria

José Carlos Cassaniga
Diretor Presidente

Enio Stein Júnior
Diretor sem designação específica

Carlos Eduardo Auchewski Xisto
Diretor sem designação específica

Responsável Técnico

Lucas de Castro Maia
Contador CRC: MG-106304/O